**A REPRESENTATIVIDADE DA MULHER NEGRA NAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS: UMA ANÁLISE INTERSECCIONAL DO CAMPO ACADÊMICO**

**Palavras-chave:** Gênero; Raça; Relações Internacionais.

**Resumo:** O presente trabalho busca analisar a representação e reconhecimento da mulher negra dentro do meio acadêmico universitário de Relações Internacionais e na produção de conteúdos científicos dentro do mesmo, levando em consideração que o campo das Relações Internacionais é de suma importância para a manutenção dos Estados e população que os compõe. Através de uma perspectiva interseccional buscar-se-á analisar os desafios e dificuldades da mulher negra em ingressar e desenvolver-se dentro do meio acadêmico de Relações Internacionais. Desse modo, o estudo em questão discorre brevemente sobre o alcance e evolução da teoria feminista através dos tempos, dando espaço e poder às mulheres dentro da sociedade e da academia, em contrapartida mostrando a discrepância de mulheres negras alcançarem a mesma representatividade junto às mulheres brancas. Torna-se necessário a atenção para o que norteia esses debates, pois quando se trata de educação, liberdade e igualdade devemos lembrar que se inclui dentro dos direitos fundamentais da população, que em contrapartida deve ser garantido pelo Estado que a representa e sua falta pode não só trazer danos nacionais, quanto internacionais (SOUZA, 2018). Portanto, o escopo de análise relaciona-se de forma geral com as diretrizes e garantias dos Direitos Humanos quando evidenciamos o escasso incentivo e alcance a direitos fundamentais e criação de políticas de base para a população de negra e de baixa renda se especializar e ocupar lugares de tomada de decisão, que a longo prazo podem trazer mais representatividade nacional e diversidade internacional, aprimorando e diversificando a forma de governar.

É importante ressaltar que, nas últimas décadas, as mulheres vêm lutando por seu lugar de fala e pela representatividade dentro do meio científico. Quando trata-se de mulheres negras as dificuldades assumem perspectivas e níveis não observados pelas mulheres brancas, visto que o fato de alcançarem qualificação já é algo notável, o que, aliado ao racismo institucional e acadêmico lhe coloca em uma condição de inviabilização. Desse modo, evidenciamos a discrepância da presença destas mulheres dentro de espaços universitários que são a base para a produção de conteúdo especializado, e o motivo pelo qual as mesmas por muitas vezes não alcançam os mesmos “lugares” juntas dentro da sociedade. Em parte, é possível compreender tal pressuposto pelo fato de que através das décadas, o meio científico e acadêmico das Relações Internacionais foi se constituindo “consolidando” com bases teóricas eurocêntricas, isto é, um estudo relativamente novo e com presença recente em instituições de nível superior que em sua maioria eram ocupados por intelectuais europeus homens, mantendo esta cultura através dos tempos. De toda a sorte, o maior envolvimento feminino em áreas de estudo e tomada de decisão deu origem a discussões sobre gênero que posteriormente dariam espaço a pesquisa de teorias feministas, pondo em pauta assuntos como falta de representatividade feminina e desigualdade de gênero em diversos lugares e configurações na sociedade. Em contrapartida, nas teorias tradicionais eurocêntricas iniciam-se os primeiros eventos pondo em foco a teoria feminista e busca por igualdade de gênero no continente americano e europeu; os mesmos amplificam-se rapidamente obtendo maior força e diversidade de questões, pois notavelmente vê-se que as mulheres inseridas nesses movimentos possuem particularidades que devem ser igualmente tratadas na luta por igualdade de gênero. Diante disso, inicia-se a subdivisão de pensamentos dentro da teoria feminista que distingue diferentes vertentes definidas conforme as necessidades e particularidades das mulheres inseridas no movimento ao decorrer das ondas feministas durante o século XIX. Estas múltiplas vertentes desdobram-se em três principais teóricas básicas: i) a empírica, de premissas liberais; ii) a “*standpoint*”, de perspectiva crítica; e iii) a pós-moderna. A teoria feminista de Relações Internacionais situa-se no debate pós-positivista, criticando os conceitos supracitados da modernidade, vistos como uma construção masculina. Atualmente no meio acadêmico estas pautas são fortemente debatidas e disseminadas, em sua maioria por mulheres brancas que consequentemente fortalece discussões de gênero, mas acaba enfraquecendo debates de minorias, como questões envolvendo raça e classe. Observa-se um forte avanço quanto a representatividade feminina tanto na produção de materiais sobre as diversas vertentes feministas quanto na dissipação dos mesmos. Desse modo, “a literatura feminista, em geral, defende a inserção do gênero nas análises das Relações Internacionais com vistas a reduzir as desigualdades construídas a partir de hierarquias que silenciam as mulheres e a experiência feminina na esfera pública e na academia” (TICKNER, 1996, pp. 149 e ss.; HUTCHINGS, 2008, p. 100).

Entretanto, surge uma problemática que rompe estes discursos, pois ao mesmo tempo em que há avanço feminino em esferas públicas - sociais e acadêmicas - ocorre uma divisão das mesmas; “há a contribuição do feminismo pós-estruturalista que percebe a exclusão da mulher, mas adota uma postura cética em relação a um projeto de emancipação por acreditar não em um, mas em diversos tipos de opressão a diferentes grupos de mulheres” (STEANS, 2006, pp. 16e ss.). Dentro do feminismo se tem grupos distintos de mulheres, com particularidades diversas, não compondo o mesmo nível social e acabando à margem da sociedade. Exsurge, então, dentro destes ideais, um recorte interseccional, debatendo não só gênero como também raça e classe. Com isso, cria-se uma discrepância da representatividade da mulher negra dentro destes espaços de fala, estudo e produção de conteúdos acadêmicos direcionados às Relações Internacionais, de forma a excluir uma parcela das mulheres dentro da teoria feminista, diminuindo o alcance do pensamento teórico. A mulher negra ocupa a base da pirâmide social, o que a desproveem de direitos básicos, de alcançar o mesmo lugar que muitos homens e mulheres brancas conquistaram e seguem conquistando até hoje. A mulher negra sofre em sua ascensão de direitos pelo fato de ter que lidar não só com a desigualdade de gênero, mas também com preconceito racial, o que torna sua luta mais complicada e reduz os níveis de representatividade em lugares como altos cargos no mercado de trabalho, níveis superiores de educação e de situação econômica.

Segundo o [“Dossiê Mulheres Negras: retrato das condições de vida das mulheres negras no Brasil”](http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/livros/livro_dossie_mulheres_negras.pdf), elaborado pelo IPEA, 14,2% das mulheres negras com idade abaixo de 60 anos são analfabetas. Quanto às mulheres com idade superior a 60 anos, a taxa sobe para 42,2%, o que evidencia uma melhora no acesso à educação básica para as mulheres negras na atualidade. Entretanto, apenas 5,2% das mulheres negras no Brasil alcançam o ensino superior, contra 18,2% das mulheres brancas, segundo o [IPEA](http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/livros/livro_dossie_mulheres_negras.pdf.) (MUNIZ, 2017).

Percebe-se mesmo que sucintamente os pontos que tornam essa busca por representatividade mais árdua e longa como problemas socioeconômicos que assolam o povo negro, em sua maioria pertencente a classe baixa da população brasileira, impossibilitando um nível maior e melhor de ensino, mostrando a disparidade da participação da mulher negra no espaço acadêmico, inviabilizando sua presença em cursos como Relações Internacionais e na produção literária com outra visão que não a europeia. É preciso naturalizar e incentivar debates feministas interseccionais na atualidade, mostrar que existem mulheres negras ocupando esses espaços, criticando o quão pouco e demorado pode ser, para que outras jovens negras se sintam representadas, gerando um “ciclo de incentivo” para que a educação da população negra saia do nível básico e passe a ser tão qualificado quanto o da população mais privilegiada e equiparando a representatividade de gênero. Esse pensamento e ações facilitadoras consequentemente trarão melhor desenvolvimento e resultados sociais e políticos tanto em âmbito nacional quanto internacional. Portanto, as conclusões da pesquisa elucidam que há uma necessidade de aumentar a diversidade de conteúdo de forma decolonial nos estudos de Relações Internacionais, para isso é de suma importância a preocupação e o comprometimento do Estado para com os direitos básicos, como a educação, conforme citado anteriormente, priorizando o acesso não só ao ensino superior e especialização, bem como ensino primário e juvenil, para que se crie uma constância e menos evasão de mulheres negras. Particularizado aqui o direito à educação, mas não excluindo o acesso a direitos fundamentais, como liberdade, igualdade, saúde básica, dentre outros que norteiam a convivência saudável em sociedade que a população necessita, e que o Estado deve disponibilizar como é exposto nas premissas dos Direitos Humanos. Assim faz-se mais justo e possível a presença de jovens e mestres negras no ensino superior e na produção literária e científica em diferentes áreas, como também em Relações Internacionais gerando pautas feministas interseccionais, fortalecendo estudos de gênero, raça e classe dentro do meio acadêmico.

**REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

HENNING, Carlos. **Interseccionalidade e pensamento feminista: As contribuições históricas e os debates contemporâneos acerca do entrelaçamento de marcadores sociais da diferença**. Mediações - Revista de Ciências Sociais. Londrina, V. 20 N. 2, P. 97-128. Dez. 2015. Disponível em: http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/mediacoes/article/view/22900/pdf%27. Acesso em: 02 nov. 2020.

MARCONDES, Mariana, et al (organizadores). **Dossiê mulheres negras: retrato das condições de vida das mulheres negras no Brasil**. Ipea, pg.160. Brasília, 2013. Disponível em:http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/livros/livro\_dossie\_mulheres\_negras.pdf. Acesso em: 02 nov. 2020.

MOUTINHO, Laura. **Diferenças e desigualdades negociadas: raça, sexualidade e gênero em produções acadêmicas recentes**. Cadernos. Pagu no.42. Campinas. jan./jun. 2014. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/cpa/n42/0104-8333-cpa-42-00201.pdf. Acesso em: 2 out. 2020.

MUNIZ, Karen. **Mulheres Negras: um retrato da desigualdade no Brasil**. Medium Coporation.2017.Disponívelem:https://medium.com/@karenmuniz/mulheres-negras-um-retrato-da-desigualdade-no-brasil-d4b8928e1a6e. Acesso em: 20 out. 2020.

QUADROS, Mariana. **Um olhar feminista e não branco sobre as Relações Internacionais**.2018.Disponívelem:https://www.geledes.org.br/um-olhar-feminista-e-nao-branco-sobre-as-relacoes-internacionais/. Acesso em: 20 out. 2020.

SOUZA, Isabela. **O que são Direitos Humanos?** 2018. Disponível em: https://www.politize.com.br/direitos-humanos-o-que-sao/. Acesso em: 03 nov. 2020.

TICKNER, J. Ann. **You just don’t understand: troubled engagements between feminist and IR theorists**. International Studies Quarterly. Malden – US. 1997. Disponível em: http://colpolsoc.org/wp-content/uploads/2014/06/Tickner.pdf. Acesso em: 20 out. 2020.